

**Jean Carlos Pimentel dos Santos**

**TUTELA PROVISÓRIA  
E A RAZOÁVEL  
DURAÇÃO DO PROCESSO**

Curitiba  
Juruá Editora  
2021

---

Visite nossos *sites* na Internet  
*www.jurua.com.br* e  
*www.editorialjurua.com*  
e-mail: *editora@jurua.com.br*

---

A presente obra foi aprovada pelo Conselho Editorial Científico da Juruá Editora, adotando-se o sistema *blind view* (avaliação às cegas). A avaliação inominada garante a isenção e imparcialidade do corpo de pareceristas e a autonomia do Conselho Editorial, consoante as exigências das agências e instituições de avaliação, atestando a excelência do material que ora publicamos e apresentamos à sociedade.

**ISBN: 978-65-5605-358-5**

**JURUÁ**  
EDITORA

Brasil – Av. Munhoz da Rocha, 143 – Juvevê – Fone: (41) 4009-3900  
Fax: (41) 3252-1311 – CEP: 80.030-475 – Curitiba – Paraná – Brasil

Europa – Rua General Torres, 1.220 – Lojas 15 e 16 – Fone: (351) 223 710 600 –  
Centro Comercial D'Ouro – 4400-096 – Vila Nova de Gaia/Porto – Portugal

**Editor:** José Ernani de Carvalho Pacheco

---

Santos, Jean Carlos Pimentel dos.

S237 Tutela provisória e a razoável duração do processo./  
Jean Carlos Pimentel dos Santos./ Curitiba: Juruá, 2021.  
178p.; 21,5cm

1. Tutela provisória. 2. Processo civil. I. Título.

CDD 347 (22.ed)

CDU 347.9

000084

---

Dados Internacionais de Catalogação na Fonte (CIP)  
Bibliotecária: Maria Isabel Schiavon Kinasz, CRB9 / 626

# SUMÁRIO

---

<b>INTRODUÇÃO</b> .....	19
<b>Capítulo 1 CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO E OS PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS</b> .....	23
1.1 A CONSTITUCIONALIZAÇÃO DO PROCESSO – NEO-PROCESSUALISMO .....	23
1.2 PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS DE DIREITO PROCESSUAL.....	25
1.2.1 Princípio da Garantia do Devido Processo Legal.....	26
1.2.2 Princípio do Contraditório e Ampla Defesa.....	29
1.2.3 Princípio da Isonomia Processual .....	32
1.2.4 Princípio da Inafastabilidade do Controle Jurisdicional ou Direito de Ação .....	35
1.2.5 Princípio do Juiz Natural .....	37
1.2.6 Princípio da Publicidade dos Atos Processuais.....	38
1.2.7 Princípio da Fundamentação e Motivação das Decisões Judiciais .....	40
1.2.8 Princípio do Duplo Grau de Jurisdição .....	42
1.2.9 Princípio da Inadmissão da Prova Obtida por Meio Ilícito.....	45
1.2.10 Princípio da Duração Razoável do Processo ou da Celeridade Processual .....	47
<b>Capítulo 2 O PROCESSO COMO INSTRUMENTO</b> .....	51
2.1 EVOLUÇÃO HISTÓRICA DO PROCESSO.....	51
2.2 ASPECTOS RELEVANTES DA INSTRUMENTALIDADE .....	54
2.3 O PROBLEMA DA MOROSIDADE.....	60

<b>Capítulo 3 DA TUTELA PROVISÓRIA</b> .....	65
3.1 A ORIGEM DA TUTELA PROVISÓRIA .....	65
3.2 EVOLUÇÃO HISTÓRICA NO BRASIL .....	66
3.3 CONCEITO.....	70
3.4 O FUNDAMENTO CONSTITUCIONAL DA TUTELA PROVISÓRIA.....	72
3.5 A CLASSIFICAÇÃO DA TUTELA PROVISÓRIA.....	75
3.6 TUTELA DE URGÊNCIA CAUTELAR E ANTECIPADA....	77
3.6.1 Aspectos Comuns da Tutela Antecipada e da Tutela Cautelar .....	82
3.6.2 Aspectos Diferenciais entre Tutela Antecipada e Tutela Cautelar.....	84
3.6.3 Fungibilidade entre as Tutelas de Urgências.....	86
3.7 PRESSUPOSTOS GERAIS PARA CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA.....	90
3.7.1 Probabilidade do Direito ( <i>Fumus Boni Iuris</i> ).....	93
3.7.2 Perigo da Demora ( <i>Periculum In Mora</i> ) .....	94
3.7.3 Requisito Negativo – Irreversibilidade .....	97
3.7.4 Caução .....	100
3.8 MOMENTO DA CONCESSÃO DA TUTELA DE URGÊNCIA .....	101
3.8.1 Concessão da Tutela em Caráter Incidental .....	103
3.8.1.1 Concessão da tutela de urgência de forma liminar .... <i>inaudita altera parte</i> .....	103
3.8.1.2 Outros momentos para a concessão .....	106
3.8.2 Tutela de Urgência Cautelar ou Antecipada Requerida em Caráter Antecedente.....	107
3.8.2.1 Tutela antecipada requerida em caráter antecedente .....	108
3.8.2.2 Da estabilização da tutela antecipada requerida em caráter antecedente.....	111
3.9 REVOGAÇÃO E MODIFICAÇÃO DA TUTELA ANTECIPADA.....	113
3.10 TUTELA DE EVIDÊNCIA .....	115
3.11 AS MEDIDAS PROVISÓRIAS NO CONTEXTO MUNDIAL .....	122
3.11.1 No Direito Italiano .....	123

3.11.2 No Direito Alemão.....	125
3.11.3 No Direito Francês.....	126
3.11.4 No Direito Português .....	128
3.11.5 No Direito Argentino .....	130
3.11.6 No Direito Americano.....	131
<b>Capítulo 4 DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO .....</b>	<b>133</b>
4.1 O TEMPO E O PROCESSO.....	133
4.2 CRITÉRIOS PARA DETERMINAÇÃO DA RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO NA CORTE EUROPEIA DE DIREITOS HUMANOS .....	136
4.3 DIREITO FUNDAMENTAL À RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO .....	138
4.4 CONVENÇÃO AMERICANA DE DIREITOS HUMANOS E SEUS REFLEXOS NA CF/1988.....	141
4.5 A DURAÇÃO RAZOÁVEL DO PROCESSO NO CON- TEXTO MUNDIAL.....	143
4.5.1 No Direito Argentino .....	144
4.5.2 No Direito Espanhol .....	145
4.5.3 No Direito Americano.....	146
4.5.4 No Direito Italiano .....	147
4.5.5 Nos Demais Países.....	147
4.6 A TUTELA PROVISÓRIA E A RAZOÁVEL DURAÇÃO DO PROCESSO .....	148
4.7 A CELERIDADE PROCESSUAL <i>VERSUS</i> A SEGURAN- ÇA JURÍDICA.....	151
4.8 DOS PRAZOS PARA MANIFESTAÇÃO DO JUIZ.....	152
4.9 MODIFICAÇÕES QUE VISAM DAR CELERIDADE AO TRÂMITE PROCESSUAL .....	153
4.10 DA ESTRUTURA DO PODER JUDICIÁRIO .....	155
<b>CONCLUSÃO .....</b>	<b>157</b>
<b>REFERÊNCIAS .....</b>	<b>159</b>
<b>ÍNDICE REMISSIVO.....</b>	<b>167</b>